



Estado do Rio Grande do Sul

**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**

Palácio 11 de Outubro

**PARECER Nº 147 – B/2014**

**PROCESSO Nº 140/2014**

Câmara Municipal de  
Bento Gonçalves

**RECEBIDO EM:**

**23.07.2014**

**ÀS 08:10 Horas**

Ass.: *[Assinatura]*

Na qualidade de **COORDENADOR JURÍDICO DESTA CÂMARA DE VEREADORES**, tendo em vista a aprovação em Plenário da **EMENDA MODIFICATIVA Nº 09/2014**, de autoria do Vereador MOACIR A. CAMERINI (PT), ao Projeto de Lei nº 30/2014, SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE INSTALAÇÃO DE SISTEMA DE SEGURANÇA E MONITORAMENTO POR CÂMERAS DE VÍDEO, NAS ÁREAS EXTERNAS DAS AGÊNCIAS DOS CORREIOS E DAS INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS E FINANCEIRAS, QUE POSSUAM AGÊNCIAS OU POSTOS DE ATENDIMENTO LOCALIZADOS NO MUNICÍPIO DE BENTO GONÇALVES, a qual altera a redação do § único do art. 1º do Projeto de Lei nº 30, de 27 de junho de 2014, passo a explanar e emitir o seguinte parecer:

Conforme se percebe, a modificação consistiu na exclusão da frase **“bem como das vias públicas com que o mesmo faz divisa,”**, passando a vigorar o parágrafo único do art. 1º do Projeto de Lei nº 30/2014 com a seguinte redação:

*“O monitoramento feito pelas câmeras previstas no caput deste artigo realizar-se-á através de gravações dos locais a serem protegidos, 24 (vinte e quatro) horas por dia, devendo obrigatoriamente permitir a captação de imagens da fachada do imóvel com cobertura de seu local de entrada e saída e das áreas que lhe derem acesso, com visão, no mínimo de 180º (cento e oitenta graus)”.*

**DIANTE DISSO**, como COORDENADOR JURÍDICO e integrante da ASSESSORIA JURÍDICA desta Câmara, apresento o presente **PARECER EM SEPARADO**, PARA DIZER QUE, COM A ALTERAÇÃO APRESENTADA NA EMENDA nº 09/2014, o Projeto de Lei nº 30/20154, **passa a ter CONDIÇÕES DE TRAMITAÇÃO E VOTAÇÃO, sanando o possível vício de origem que existia**, pela supressão da frase anteriormente citada.

Veja-se, a Constituição Federal prevê expressamente a competência do Município em legislar sobre assuntos de interesse local (arts. 30, I, II e 182), podendo assim serem considerados aqueles que atentem aos reclames e demandas da população.



Estado do Rio Grande do Sul  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
Palácio 11 de Outubro

A proposição analisada trata de matéria que se reveste de interesse local, pois, tem por objetivo tornar obrigatória a instalação de sistema eletrônico de monitoramento externo em agências bancárias e casas lotéricas do Município, como medida de segurança.

Verifica-se que a Administração, revestida em seu poder de polícia, pode determinar restrições ou deveres em prol do bem estar social, através de sua prerrogativa constitucional. Sendo assim, é possível que o Município legisle acerca de matérias que conferem às agências bancárias determinadas obrigações que beneficiem a população, como, por exemplo, a instalação de sistema eletrônico de monitoramento de imagens, como medida de segurança, visto que se trata de interesse dos munícipes.

Neste sentido é a orientação da Jurisprudência Pátria:

*“ADMINISTRATIVO E CONSTITUCIONAL. ESTABELECIMENTO BANCÁRIO. Legislação municipal sobre instalação de portas giratórias de segurança e CÂMARAS DE VÍDEO. POSSIBILIDADE. 1. O Município de Campo Bom tem competência para legislar sobre assuntos de interesse local, como a instalação de portas giratórias de segurança e câmaras de vídeo, em agências bancárias, nos termos dos artigos 30, I e II e 182, da CF/88. 2. APELAÇÃO DESPROVIDA.” Destacamos. (Apelação cível nº 70008595506, 4ª C. Cível do Egrégio TJRS, relator Des. Araken de Assis, Apelante FEBRABAN, Apelado Município de Campo Bom).*

Também, no sentido da exegese aqui defendida, cita-se Acórdão da 1ª Turma do STJ (REsp nº 223.786-RS, 17.8.00, Relator o insigne Ministro HUMBERTO GOMES DE BARROS, DJU, 18.9.00, p. 101):

*“PROCESSUAL – CONFRONTO ENTRE LEI ESTADUAL E FEDERAL – SOLUÇÃO À LUZ DO DIREITO INFRACONSTITUCIONAL – CABIMENTO DO RECURSO ESPECIAL (ALÍNEA B) – LEGISLAÇÃO CONCORRENTE.*

*I – Cabe recurso especial, para resolver conflito entre lei local e lei federal (Alínea b), quando a solução se possa obter sem declaração de inconstitucionalidade.*

*II – É lícito ao Município condicionar o funcionamento de agência bancária à instalação de dispositivos de segurança. Tal exigência não interfere com as leis federais que disciplinam o funcionamento das instituições financeiras.” Destaque nosso.*



Estado do Rio Grande do Sul  
**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES**  
Palácio 11 de Outubro

Ob  
m  
Departamento Legislativo - 23 Jul 2014 08:21 003

Fixada a competência legislativa do Município sobre a matéria objeto da proposição analisada, cabe agora examinar a legitimidade da iniciativa legislativa exercida pelo Vereador.

Considerando que a proposição não delega novas atribuições ou a imposição de ônus extraorçamentário a ser suportado pelo Poder Executivo, tem-se que a matéria não é de iniciativa reservada ao chefe daquele Poder, razão pela qual se infere correto o exercício da iniciativa por parte de vereador.

A esse respeito, necessário registrar que o exercício da função fiscalizadora ao cumprimento da legislação municipal é inerente à atividade administrativa municipal, a qual é desempenhada pelo Poder Executivo, não decorrendo, pois, da proposição analisada a imposição de qualquer atribuição nova ao Poder Executivo.

No mesmo sentido, não decorre da proposição o incremento de despesas ao Poder Executivo.

**É O PARECER.**

**CÂMARA MUNICIPAL DE BENTO GONÇALVES, aos vinte e dois dias de julho de dois mil e catorze.**

**Adv. GIANCARLO ZANETTE – OAB/RS N° 28.878**